

ÍNDICE GERAL

1º VOLUME

PRÓLOGO	XIII
---------------	------

CAPÍTULO I

CONCEITO, DENOMINAÇÃO E TAXINOMIA DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.

Sumário: 1. O Conflito de leis no espaço. 2. A Denominação — Direito Internacional Privado. Conceito do Direito Internacional Privado. 3. Taxinomia do Direito Internacional Privado.	1
---	---

CAPÍTULO II

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO E DIREITO DAS GENTES.

Sumário: 4. Posição do Direito Internacional Privado em face do Direito das Gentes. 5. Primado do Direito das Gentes ou do Direito Interno.	33
---	----

CAPÍTULO III

OBJETO DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.

Sumário: 6. O conflito de leis, a nacionalidade e a condição jurídica dos estrangeiros. 7. O reconhecimento dos direitos adquiridos no exterior. 8. Os conflitos de jurisdição. 9. Os conflitos interterritoriais e interpersonais	58
--	----

CAPÍTULO IV

ESTRUTURA DA NORMA DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

Sumário: 10. Caráter das normas de direito internacional privado. 11. Normas unilaterais e bilaterais de direito internacional privado	77
--	----

CAPÍTULO V

O PROBLEMA DAS QUALIFICAÇÕES E DAS QUESTÕES PRELIMINARES

Sumário: 12. O problema das qualificações. 13. As diretrizes doutrinárias. 14. A diretriz doutrinária aceitável. 15. A solução dos conflitos de qualificações. 16. Qualificação dos bens. 17. O problema das questões preliminares ou incidentes.	85
--	----

CAPÍTULO VI

CONFLITOS DUPLOS E BIDIMENSIONAIS DAS NORMAS JURÍDICAS

- Sumário:** 18. Os conflitos duplos de normas jurídicas. 19. Os conflitos bidimensionais de normas jurídicas. 20. O problema dos direitos adquiridos perante o direito internacional privado 108

CAPÍTULO VII

O PROBLEMA DOS CONFLITOS MÓVEIS

- Sumário:** 21. Noção de conflitos móveis. 22. Caracterização e exemplos. 23. Solução do problema 120

CAPÍTULO VIII

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

- Sumário:** 24. Observações preliminares. 25. Inexistência do direito internacional privado nos tempos antigos. 26. Invasões dos bárbaros: personalidade das leis. 27. Época feudal: territorialidade das leis. 28. Doutrina dos estatutos. 29. Escola espanhola. 30. Escola anglo-americana. 31. Doutrina de PFEIFFER. 32. Doutrina de KORL. 33. Doutrina de PÜTTER. 34. Doutrina de ZACHARIAE. 35. Doutrina de VAREILLES-SOMMIÈRES. 36. Doutrinas de FOELIX e WHEATON. 37. Doutrinas de ROCCO e AUBRY e RAU. 38. Doutrinas de HAUSS, WAECHTER e SCHAEFFNER. 39. Doutrina de SAVIGNY. 40. Doutrina de MASSÉ. 41. Doutrina de VON BAR. 42. Doutrina de MANCINI. 43. Doutrina de ANDRÉ WEISS. 44. Doutrina de ANZILOTTI. 45. Doutrina de FRANZ KAHN. 46. Doutrina de JITTA. 47. Doutrina de PILLET. 48. Doutrina de BARTIN. 49. Doutrina de NIBOYET. 50. Doutrina de ARMINJON. 51. Doutrina de ZITELMANN. 52. Doutrina de FRANKENSTEIN. 53. Doutrina de NUSSBAUM. 54. Doutrina de HANS LEWALD. 55. Doutrina de JSAY. 56. Doutrina de BUSTAMANTE. 57. Doutrina de LEREBOURS-PIGEONNIÈRE. 58. Doutrina de PIERRE LEPAULLE. 59. Doutrina de BATTIFOL. 60. Doutrina de PACCHIONI. 61. Doutrina de ROBERTO AGO. 62. Doutrina de RICARDO MONACO. 63. Ponto de vista de EMIL DOVE. 64. Contribuição da doutrina brasileira: PIMENTA BUENO. 65. TEIXEIRA DE FREITAS. 66. CARLOS DE CARVALHO. 67. PEDRO LESSA. 68. JOÃO PEREIRA MONTEIRO. 69. LAFAYETTE RO-

DRIGUES PEREIRA. 70. CLÓVIS BEVILÁQUA. 71. EDUARDO ESPÍNOLA. 72. PONTES DE MIRANDA. 73. FRANCISCO CAMPOS. 74. RODRIGO OTÁVIO. 75. AMÍLCAR DE CASTRO. 76. Outros internacionalistas brasileiros. 77. Conclusões	126
--	-----

2º VOLUME

CAPÍTULO IX

DAS PESSOAS E RELAÇÕES DE FAMÍLIA

Sumário: 78. Escôrço histórico. 79. O problema no direito comparado. 80. O problema na história do direito brasileiro. 81. Os argumentos a favor do critério nacionalístico e do domiciliar. 82. Abrangência da lei pessoal. 83. Comêço e fim da personalidade. 84. Direito ao nome e à própria imagem. 85. Capacidade de exercício. 86. Emancipação. 87. Interdição. 88. Casamento e relações entre cônjuges. 89. Pátrio poder. 90. Filiação legítima. 91. Filiação ilegítima. 92. Legitimação. 93. Reconhecimento de filhos ilegítimos e investigação de paternidade. 94. Direito a alimentos. 95. Adoção. 96. Tutela e curatela. 97. Escôrço histórico sôbre o direito matrimonial. 98. Esponsais. 99. Impedimentos dirimentes ou impedientes. 100. Casamento putativo. 101. Formalidades da celebração do casamento. 102. Sentido da modificação do preceito. 103. A celebração de matrimônio consular ou diplomático no direito comparado. 104. A celebração de matrimônio consular ou diplomático no direito brasileiro. 105. Convenções internacionais. 106. Lei que rege a nulidade ou a anulabilidade do matrimônio. 107. Efeitos do matrimônio quanto à pessoa dos cônjuges. 108. Capacidade civil da mulher casada. 109. Regime de bens no casamento: a) na ausência de pacto matrimonial. 110. b) Os pactos matrimoniais. 111. Modificação do regime de bens em virtude de naturalização. 112. O divórcio e a separação de corpos no direito comparado. 113. Convenções internacionais acêrca do divórcio e da separação. 114. O divórcio e a separação no direito brasileiro: a) direito anterior. 115. b) direito vigente. 116. O princípio do domicílio unitário da família. 117. Hipótese de ausência de domicílio. 118. Qualificação do domicílio como elemento de conexão	3
--	---

CAPÍTULO X

DOS BENS E DIREITO DA COISAS

Sumário: 119. Escôrcço histórico sobre a legislação aplicável aos bens. 120. Qualificação dos bens. 121. Abrangência da «lex rei sitae». 122. Bens e direitos a êles relativos. 123. Bens móveis e «in transitu». 124. Universitates. 125. Bens incorpóreos. 126. Títulos de crédito como bens móveis. 127. Penhor convencional ordinário. 128. Penhor convencional com a cláusula «constituti». 129. Penhor convencional de créditos. 130. Penhor legal

136

CAPÍTULO XI

DAS OBRIGAÇÕES

Sumário: 131. O problema da qualificação no direito obrigacional internacional. 132. Escôrcço histórico sobre a lei que rege as obrigações. 13. Lei que rege os negócios jurídicos em geral. 134. Lei que rege as obrigações resultantes de contratos: a) doutrina da autonomia da vontade. 135. b) Doutrina da «lex loci celebrationis». 136. Doutrina da «lex loci solutionis». 137. Doutrina da lei pessoal das partes. 138. Doutrina da lei pessoal do devedor. 139. Doutrina da pluralidade das leis acêrca das obrigações contratuais. 140. g) Observações de Martin Wolff. 141. A solução no direito brasileiro atual. 142. Lei que rege as obrigações resultantes de declaração universal de vontade. 143. Lei que rege as obrigações resultantes de quase-contratos. 144. Lei que rege as obrigações resultantes de delitos e quase-delitos. 145. Problemas especiais de direito obrigacional. 146. Escôrcço histórico do princípio «locus regit actum». 147. Caráter imperativo ou facultativo da regra «locus regit actum». O que é substância e o que é forma. 150. Forma essencial das obrigações exequíveis no Brasil. 151. Qualificação do «locus celebrationis». 152. As diversas teorias sobre o «locus celebrationis» nos contratos por correspondência

162

CAPÍTULO XII

DAS SUCESSÕES

Sumário: 153. Escôrcço histórico sobre a lei que rege as sucessões. 154. Unidade ou pluralidade do direito sucessório. 155. Influência da lei do «situs». 156. Sucessão «ab intestato»: a) Vinculação à lei pessoal do «de cujos». 157. b) Vinculação dos imóveis à lei do «situs». 158. c) Proble-

mas da sucessão «ab intestato». 159. Sucessão testamentária: a) «Testamenti factio activa». 160. b) Forma do testamento. 161. c) Validade intrínseca das disposições testamentárias. 162. d) O problema dos testamentos conjuntivos. 163. e) O problema das substituições. 164. Pactos sucessórios e renúncia a herança futura. 165. Doações «causa mortis» e cessão de direitos hereditários. 166. Ordem da vocação hereditária e legítima dos herdeiros necessários. 167. Incidência excepcional da lei brasileira. 168. Herança vacante. 169. A capacidade de suceder e a capacidade de agir como sucessor 220

CAPÍTULO XIII

DAS PESSOAS JURÍDICAS

Sumário: 170. Os problemas fundamentais concernentes às pessoas jurídicas. 171. Existência e capacidade das pessoas jurídicas. 172. Nacionalidade das pessoas jurídicas: a) doutrina. 173. b) Direito pátrio. 174. Autorização governamental para funcionamento de sociedades constituídas no exterior. 175. Os governos estrangeiros e a propriedade de bens imóveis sítos no Brasil 255

CAPÍTULO XIV

DA COMPETÊNCIA E DO PROCESSO NO DIREITO PROCESSUAL INTERNACIONAL

Sumário: 176. Escôrcço histórico sôbre o problema da competência judiciária geral e sôbre o processo no direito internacional. 177. Importância prática do problema da competência. 178. Competência geral e competência especial. 179. Competência geral direta e indireta. 180. A competência geral direta no direito brasileiro. 181. Competência geral para o juízo falimentar. 182. Competência geral para o juízo sucessório. 183. O problema da prevenção de jurisdição. 184. O problema da conexão de ações. 185. O problema do litisconsórcio passivo. 186. O problema da prejudicialidade. 187. O problema da eficácia da coisa julgada. 188. Imunidades à justiça local. 189. Compromisso. 190. «Forum contractus». 191. Prorrogação de jurisdição. 192. Medidas conservatórias, provisionais ou urgentes. 193. Leis relativas ao processo. 194. Direito de ação. Capacidade de ser parte e de estar em juízo. 195. Qualificação das normas processuais. 196. «Cautio iudicatum solvi». 197. Benefício de gratuidade. 198. Cartas rogatórias: a) Conceito e finalidades. 199. b) «Exequatur». Competência para concedê-lo e

seus efeitos. 200. c) Concessão de «exequatur» e homologação de sentença estrangeira. 201. d) Rogatórias citatórias. 202. e) Efeito suspensivo das rogatórias destinadas à prova. 203. f) Embargos à rogatória. 204. Atos judiciários praticados perante cônsules	278
---	-----

CAPÍTULO XV

DA PROVA DOS FATOS OCORRIDOS EM PAIS ESTRANGEIRO

Sumário: 205. Escorço histórico sobre a prova do direito processual internacional. 206. «Onus probandi». 207. Meios de prova. 208. Produção das provas. 209. Apreciação das provas	330
--	-----

CAPÍTULO XVI

APLICAÇÃO E PROVA DO DIREITO ESTRANGEIRO

Sumário: 210. Aplicação da lei estrangeira: posição do problema. 211. a) Doutrinas que consideram o direito estrangeiro aplicável como o direito competente. 212. b) Doutrinas que consideram o direito estrangeiro aplicável como direito incorporado ao direito nacional. 213. c) Doutrina que considera apenas indireta a remissão feita ao direito estrangeiro, uma vez que a norma de direito internacional privado se refere diretamente a relações jurídicas. 214. d) Doutrinas que consideram o direito estrangeiro aplicável como simples fato. 215. Conclusão acerca da natureza do direito internacional privado do «Forum». 216. Ignorância ou erro quanto ao direito estrangeiro. 217. Interpretação do direito estrangeiro. 218. Contrôlo da constitucionalidade das leis estrangeiras. 219. Ordenamentos jurídicos plurilegislativos. 220. Leis de Estados não reconhecidos. 221. Aplicação de lei estrangeira e recurso extraordinário. 222. Aplicação «ex officio» do direito estrangeiro. 223. Meios de prova do direito estrangeiro. 224. Solução para a hipótese em que a lei estrangeira não é provada. 225. Limites impostos pela «lex fori» à aplicação da lei estrangeira determinada pela norma de direito internacional privado. Em especial a fraude à lei	340
---	-----

CAPÍTULO XVII

DA HOMOLOGAÇÃO DA SENTENÇA ESTRANGEIRA

Sumário: 226. Razão de ser do processo homologatório de sentença estrangeira. 227. Significação e extensão do processo homologatório de sentença estrangeira. 228. Caráter nacional da sen-	
---	--

tença estrangeira homologada. 229. Natureza jurídica do processo homologatório de sentença estrangeira. 230. Pressupostos de eficácia da sentença estrangeira. 231. Requisitos para homologação da sentença estrangeira: a) Competência do juiz que a proferiu. 232. b) Regularidade da citação ou verificação legal da revelia (Código de Processo Civil, art. 791, II; Lei de Introdução, art. 15 b; Código Bustamante art. 423, II). 233. c) Trânsito em julgado da sentença estrangeira e seu caráter de exeqüibilidade (Código de Processo Civil, art. 791, I e III; Lei de Introdução, art. 15, c; Código Bustamante, art. 423, IV). 234. d) Tradução por intérprete autorizado (Código de Processo Civil, art. 791, V; Lei de Introdução, art. 15, d; Código Bustamante, art. 423, III). 235. e) Ausência de ofensa à soberania nacional, à ordem pública e aos bons costumes (Código de Processo Civil, art. 792; Lei de Introdução, art. 17; Código Bustamante, art. 423, III). 236. Confronto com o direito italiano. 237. Homologação de sentença arbitral. 238. Trâmites do processo homologatório. 239. Conseqüência da denegação da homologação. 240. Sentenças que independem de homologação. Força executória e eficácia de coisa julgada. 241. Forma da execução da sentença estrangeira	385
---	-----

CAPÍTULO XVIII

DOCTRINA DO REENVIO

Sumário: 242. Reenvio. Conceito e espécies. 243. Posições fundamentais da doutrina acerca do reenvio. 244. O reenvio no direito comparado e nas convenções internacionais. 245. O reenvio na história do direito brasileiro. 246. A condenação do reenvio no direito pátrio atual.	417
--	-----

CAPÍTULO XIX

DOCTRINA DA ORDEM PÚBLICA

Sumário: 247. Origens históricas da noção de ordem pública. 248. Conceito de ordem pública. 249. A soberania nacional e os bons costumes. 250. A errônea dicotomia: ordem pública interna e ordem pública internacional. 251. A errônea dicotomia: ordem pública particular e geral. 252. Caráter excepcional da ordem pública. 253. Caráter territorial da ordem pública. 254. Caráter nacional da ordem pública. 255. Caráter atual da ordem pública. 256. Caráter relativo da ordem pública. 257. Efeito positivo e negativo da ordem pública. 258. Aplicação da lei
--

substancial do «forum» quando intervém a noção de ordem pública. 259. Ordem pública e respeito às situações jurídicas criadas no estrangeiro. 260. A ordem pública no direito comparado 431

CAPÍTULO XX

DA COMPETÊNCIA DOS CÔNSULES EM MATERIA CIVEL

Sumário: 261. A competência das autoridades consulares brasileiras em face do decreto-lei n. 4.657 e da lei n. 3.238. 262. Elaboração do texto dos arts. 18 e 19 como se encontram em vigor. 263. Caráter unilateral dos preceitos. 264. Forma dos atos praticados perante cônsules. 265. Nascimentos e óbitos a bordo de navios brasileiros. 266. Nascimentos e óbitos em campanha 454